

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O CONTEXTO DE GÊNERO PARA O GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NA BAP

Eixo Temático: Sustentabilidade e dilemas ambientais

Áurea da Silva Garcia ¹

RESUMO

A ONG Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) está desenvolvendo uma pesquisa nos 34 municípios da Bacia do Alto Paraguai (BAP) em Mato Grosso do Sul, utilizando metodologias participativas. A referida pesquisa está inserida no projeto de “Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos”, em parceria com o Centro de Apoio Sócio-Ambiental, objetivando caracterizar a participação social no gerenciamento de recursos hídricos e a inserção das mulheres nas discussões e decisões socioambientais, como agentes de transformação. O equilíbrio nas relações homens e mulheres são vitais para o desenvolvimento e manutenção da biosfera e está em pauta para cada local que tem suas especificidades. Na busca deste equilíbrio à incorporação da perspectiva de gênero nas discussões das várias esferas do gerenciamento de recursos hídricos permitirão os desenvolvimentos social, cultural, econômico e ambiental, minimizando os impactos locais, com a geração de renda, resgate cultural e da auto-estima, educação, saúde, entre outros, melhorando as condições de vida de homens e mulheres. As atividades de mobilização, reflexão e pesquisa, desenvolver-se-ão simultaneamente, no período de julho de 2008 a março de 2009 com a análise do perfil dos envolvidos nas discussões sobre o gerenciamento de recursos hídricos (comitês, consórcios, grupos e planos), identificando estratégias e potencialidades para a efetivação da participação.

Palavras-Chave: Participação Social, Gênero, Recursos Hídricos, Bacia do Alto Paraguai-BAP.

¹ Turismóloga, aluna do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, linha de pesquisa Educação Ambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; E-mail: aureasilvagarcia@yahoo.com.br; integrante Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul (GEPEA-MS) <http://br.groups.yahoo.com/group/gepeams>; Diretora Presidente da MUPAN, mupan.mupan@gmail.com;

ANTECEDENTES

Na Política e no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, consta instrumentos e arcabouço legal (Plano Nacional, Plano Estadual, Comitê de Bacia Hidrográfica, Outorga, Sistema de Informações, Cobrança) que garantem a participação de diversos segmentos no gerenciamento de bacia hidrográfica. A legislação prevê o ordenamento, o uso racional da água e a revitalização socioambiental, que passa a ser comum no planejamento conjunto do poder público, das populações afetadas, da sociedade organizada e da comunidade científica.

Em uma bacia hidrográfica, o comitê, é o parlamento em primeira instância responsável para dirimir conflitos, eminentes e inerentes ao desenvolvimento e usos dos recursos hídricos. Com o gerenciamento integrado, tendo a bacia como unidade de planejamento, é possível promover a convergência da água como um bem comum e finito, a manutenção da biodiversidade, o regime hidrológico e a qualidade da água, ordenando, monitorando e avaliando permanentemente os usos múltiplos.

O Estado de Mato Grosso do Sul, com uma densa rede hidrográfica, é banhado por duas importantes bacias hidrográficas do Brasil: a Bacia do Alto Paraguai (BAP), que drena a porção ocidental e a Bacia do Rio Paraná, drenando a porção oriental, tendo a Serra de Maracajú como principal divisor de águas.

No intuito de estabelecer um planejamento integrado, em 1997 iniciaram-se as discussões para atender o Projeto GEF Pantanal Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA)². O projeto estabeleceu no final de 2004 um Programa de Ações Estratégicas (PAE), com um conjunto de componentes e ações que poderão contribuir significativamente para a gestão das águas da região hidrográfica e que levaram em conta os estudos e as avaliações realizados anteriormente, apresentando diretrizes estratégicas, ações e recomendações a serem implantadas para o gerenciamento da BAP (ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2004).

O leque das atividades e desdobramento dos 44 subprojetos destaca como principais recomendações a necessidade de se promover a mobilização, formação, treinamento e capacitação de agentes públicos, educadores, técnicos e comunidades. Como resultado a organização de alguns segmentos e lideranças, catadores de iscas, mulheres e educadores (ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2004).

Como resultado de um dos subprojetos, o de Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional dos Consórcios Intermunicipais, deu-se a criação da Organização Não-governamental (ONG) Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal. Fundada em 20 de agosto de 2000, conta com a participação de mulheres representando vários segmentos, tais como

² Projeto GEF Pantanal Alto Paraguai, com a coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA), e posteriormente, pela Agência Nacional de Águas (ANA), com apoio do Global Environment Facility (GEF), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

colônia de pescadores, assentamentos, acampamentos, agentes de saúde, dentre outras lideranças.

A Mupan tem como objetivo propiciar a participação de mulheres como agente multiplicador no contexto de gênero e meio ambiente, fortalecendo-as socialmente, economicamente e politicamente, promovendo desta forma a sustentabilidade.

Desde a criação, a Mupan tem participado de atividades na BAP, com a realização de eventos e estabelecimento de parcerias. Dentre os eventos, a realização dos Seminários de Educação Ambiental para as Cidades Pantaneiras, Fome Zero para a Educação Ambiental, Implementação de Projetos de Commodities Ambientais para Mato Grosso do Sul, e como parceiro na preposição de programas e projetos:

- Membro da Rede Aguapé de Educação Ambiental para o Pantanal (parceiro proponente, responsável pela meta de animação);
- Membro do Coletivo Educador do Cidema (parceiro proponente);
- Membro Fórum e Núcleo de Estudos do Projeto BECE sobre a implementação de Projetos em Commodities Ambientais do Estado de Mato Grosso do Sul (organizador);
- Cinco Projetos para a Recuperação do Rio Taquari (parceiro proponente);
- Membro do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa (GT do Apa) integrante da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH);
- Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental;
- Mobilização para a Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda;

O envolvimento e a participação nessas parcerias, embasou um primeiro ensaio intitulado “Papel de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos”³, no qual apresenta algumas reflexões sobre gênero e recursos hídricos. A partir de então, surgiu a proposta de caracterizar a participação nos diversos espaços de discussão e decisão no gerenciamento de recursos hídricos, inserindo o contexto de gênero.

Percebe-se que participação feminina nas áreas ambientais é crescente, desempenhando o papel quase sempre de sensibilizadora e mobilizadora, pois, ainda existe a concepção que as atividades técnicas e principalmente diretivas, são para os

³ Texto publicado no CD, integrante da publicação *Pé na Água uma abordagem transfronteiriça da bacia do Apa*. BROCH, S. A. O., MEDEIROS, Y., SOUZA, P. R. (organizadores) - Campo Grande: UFMS, 2008. 128 p.: il. color.; 21 cm. CD Apoio Didático

do sexo masculino, percebido nos organismos governamentais e não governamentais (GARCIA, 2008).

A contextualização da participação social e o contexto de gênero fazem-se necessários para a identificação de potencialidades e preposição de estratégias para a efetiva participação, o estabelecimento de mecanismos para a difusão de informações, com ênfase em recursos hídricos e gênero, como uma alternativa para ampliar a participação em espaços de discussão e decisão.

As decisões e formulação de políticas públicas passam pelo direito ao exercício da cidadania na busca de estratégias, potencialidades e possibilidades garantindo a homens e mulheres, sensibilizando-os e instrumentalizando-os quanto às temáticas gênero e recursos hídricos garantindo a efetiva participação nos processos decisórios (GARCIA, 2008)

Nessa perspectiva, foi proposto e aprovado junto ao Centro de Apoio Sócio-Ambiental (CASA) o projeto “Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos”. A proposta atendeu os objetivos do CASA, que é de ampliar e qualificar a atuação da sociedade civil organizada, com o foco nos grupos de base comunitária, ONGs, redes e coletivos que lidam com os desafios da sustentabilidade ambiental e social.

Embasando-se em referenciais teórico e metodológico participativos, a Pesquisa pretende caracterizar a participação social no gerenciamento de recursos hídricos para a inserção de mulheres nas discussões e decisões socioambientais como agentes de transformação. No intuito de convergir às premissas supracitadas, desenvolver-se-ão simultaneamente a mobilização, a reflexão e a pesquisa, sendo proposta as seguintes atividades:

- levantamento de informações a partir de análise de listas de participação de atividades desenvolvidas nos municípios da BAP referente a recursos hídricos;
- atividades com as comunidades sobre a participação social, recursos hídricos e gênero;
- aplicação de questionários junto aos participantes;
- inserção dos participantes em uma rede virtual sobre as temáticas; e
- identificação de potencialidades para a preposição de estratégias para a ampliação da participação em espaços de discussão e de decisão socioambiental.

OBJETIVO

Apresentar resultados parciais sobre a caracterização da participação social no gerenciamento de recursos hídricos, nas discussões e nas decisões socioambiental, conforme proposto no projeto de Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos.

METODOLOGIA

Para o levantamento dos dados primários utilizou-se de pesquisa de campo, por meio de questionário estruturado, com perguntas mistas. Para a análise das questões propostas optou-se por uma abordagem qualitativa, seguiu os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin, que o descreve como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (2006).

O TERRITÓRIO

O Estado de Mato Grosso do Sul destaca-se por sua localização geográfica, diversidades de povos, ecossistemas complexos, rico acervo de belezas naturais, históricas e culturais. Em sua extensão encontra-se o Pantanal Mato-Grossense, reconhecido como a maior área úmida contínua do Planeta – Bacia do Alto Paraguai (BAP), que compreende os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Brasil) e territórios da Bolívia e do Paraguai, parte do sistema fluvial do Prata, juntamente com a Argentina e Uruguai.

O rio Paraguai nasce em território brasileiro, no município de Alto Paraguai em Mato Grosso, que ao longo do seu curso percorre aproximadamente 1.683 km compartilhando com a Bolívia e Paraguai. A Foz do Apa, no município de Porto Murtinho é o limite inferior Bacia do Paraguai em solo brasileiro.

A Região Hidrográfica do Paraguai compreende uma área de aproximadamente 362.259,00 km², dos quais 188.374,68 km² correspondem ao Mato Grosso (MT) e 173.874,32 km² ao Mato Grosso do Sul (MS), 52% e 48 % respectivamente (Brasil, 2006a). No MT composta pelas sub-bacias do Cuiabá, São Lourenço e Itiquira; e MS composta pelas sub-bacias do Correntes, Taquari, Negro, Miranda, Nabileque e Apa.

A Bacia do Alto Paraguai, no território de Mato Grosso do Sul abrange 34 municípios, alguns na totalidade, outros, pequenas porções territoriais, dentre planície e planalto: Alcínópolis, Anastácio, Antônio João, Aquidauana, Bela Vista, Bandeirantes, Bodoquena, Bonito, Camapuã, Campo Grande, Caracol, Corguinho, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Dois Irmãos do Buriti, Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Ladário,

Maracaju, Miranda, Nioaque, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Sonora e Terenos.

O Pantanal corresponde à planície inundável da Bacia Alto Paraguai e seus afluentes, com características que lhe conferem uma importância verdadeiramente global pelo ecossistema que constitui, pela regulação hídrica natural, pelo santuário que representa.

O Pantanal Mato-Grossense é um dos mais importantes biomas nacionais, possuindo uma variedade florística (3400 espécies de fanerógamas) e faunística (661 espécies de aves, 327 espécies de mamíferos, 400 espécies de peixes) com influência das regiões Amazônica, Chaquenha, dos Cerrados e da Mata Atlântica. A biodiversidade é, portanto, a mais marcante característica do Pantanal, emblematizada nas colônias de aves em ninhais e outros animais terrestres e aquáticos, que são atraídos pela abundância de alimentos disponíveis nos ambientes pantaneiros na época da seca (ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2004).

A Constituição Brasileira de 1988 declarou-o Patrimônio Nacional, a Convenção Ramsar reconheceu a parte boliviana como Área Alagada de Importância Internacional e a UNESCO atribuiu-lhe em 2000 o título de Patrimônio Natural da Humanidade. E numerosas organizações internacionais têm apoiado iniciativas destinadas a estudar e contribuir para a conservação do Pantanal. A criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e iniciativas de diversas organizações é outro sinal eloquente da importância que essas entidades concedem ao Pantanal e à Bacia do Alto Paraguai.

Dentre os estudos e avaliações mais recentes, o Projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e bacia do Alto Paraguai – GEF Pantanal/Alto Paraguai, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA), com o apoio financeiro do Global Environment Facility (GEF) e participação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que resultou em iniciativas importantes e consolidando algumas recomendações do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP).

A potencialidade hídrica da Bacia do Alto Paraguai reúne usos múltiplos de distintos segmentos, tais como pecuária, agricultura irrigada e mecanizada, assentamentos e áreas indígenas, agroindústrias, pesca profissional e artesanal, turismo e navegação, além do abastecimento público. Essa potencialidade tem caracterizado alguns conflitos.

A partir da década de 1980, com a criação da Lei nº 328 (25/02/1982) que legisla sobre a Proteção e Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense, trata da instalação de destilaria de álcool, usina de açúcar e similares, tem causado polêmicas constantes, que perdura até hoje.

A instalação de empresas para a extração, transporte e beneficiamento de minérios na região de Corumbá é outro ponto de divergência entre empresários, comunidades científica e principalmente ambientalistas.

Por outro lado, na década de 1990, com as discussões e aprovação da “Lei das Águas”, no Mato Grosso do Sul iniciou um movimento voluntário no sentido de desenvolver

ações pró-ativa, com espaços de participação em processos discussão e deliberação. As atividades realizadas na região com recorte de bacia hidrográfica, execução de projetos e programas, criação de organismos de bacias (comitê, consórcios e conselhos) e fórum de discussão (coletivos, comissões, câmara técnica e rede de educação ambiental) visando a implementação ações recuperação e manutenção dos recursos hídricos.

Este movimento foi realizado independentemente da existência de uma legislação estadual que regulamentasse e normatizasse a gestão, culminando com a formação de organizações civis de recursos hídricos. A primeira do Estado, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari – Cointa (1997), contemplando 10 municípios da região norte do Estado.

Seguido os municípios das bacias hidrográficas dos Rios Miranda e Apa, oficializaram, em 1998, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa – Cidema. Na bacia do Alto Paraguai, 100% dos municípios estão inseridos em área de atuação dos dois consórcios, uns participando ativamente, outros não.

Na Bacia do Paraná, em 2004, a criação do Consórcio Intermunicipal para a Gestão da APA da Bacia Hidrográfica do Rio Iguatemi – Ciabri, abrangendo nove municípios no Sul do Estado. Ocorreram outras iniciativas, porém, sem efetividade, a exemplo das bacias do rio Pardo e do rio Dourados.

Muito embora as bacias hidrográficas nas suas diferentes dimensões transcendam os limites da maioria dos municípios, essas fronteiras geopolíticas (marcadas basicamente pela configuração hidrográfica) acabam se transformando em células que integram parte da área física das bacias, formando as “células de um sistema hidrográfico”.

Como organizações civis de recursos hídricos, os consórcios intermunicipais, previsto da Lei da Águas, no seu Art. 47, cumprem finalidades diversas, de interesse comum de dois ou mais municípios.

Esta configuração foi fundamental para a composição dos organismos de bacias no Mato Grosso do Sul, impulsionado com a criação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pela Lei Nº 2.406, de 29 de Janeiro de 2002 na qual apresenta diretrizes, princípios e competências equivalentes ao da Política Nacional das Águas.

Na Bacia do Alto Paraguai, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda foi o primeiro a ser criado, em 2006, no âmbito estadual. A composição do Comitê do Miranda tem a participação de 33 (trinta e três) membros, titulares e respectivos suplentes, 11 do Poder Público, 11 Usuários e 11 representantes da Sociedade Civil. O Art. 7º trata da escolha dos representantes do Poder Público, dos usuários e sociedade civil obedecendo aos seguintes critérios:

I - do Poder Público federal e estadual serão indicados pela direção dos respectivos órgãos;

II - do Poder Público municipal por seus respectivos Prefeitos Municipais após escolha em assembléia dentre os representantes dos municípios com área física na bacia, sendo que, preferencialmente, deverão ter representação paritária nas sub-bacias dos Rios Miranda e Aquidauana e na região de planalto e planície;

III - dos usuários, serão escolhidos dentre as organizações cadastradas dos setores abaixo relacionados e que fazem uso, direto ou indireto, das águas superficiais ou subterrâneas existentes na bacia, sendo: (...)

IV – das sociedades civis serão escolhidos dentre as entidades não governamentais legalmente constituídas, com atuações relacionadas aos recursos hídricos e que tenham representação em qualquer um dos municípios localizados na área física da bacia, compreendendo, no mínimo, os seguintes segmentos: (...)

Desde a instalação do Comitê, esforços de instituições e indivíduos têm possibilitado o estabelecimento de parcerias, para a operacionalização do mesmo. Encontra-se em fase de estruturação, caminhando para a segunda gestão (2008/2010) com a realização das assembléias por segmentos, eleição em junho de 2008 e posse em outubro. O Comitê tem alcançado gradativamente o “status” estabelecido no sistema nacional e estadual de gerenciamento dos recursos hídricos.

No âmbito nacional foi criado recentemente o Comitê do Paranaíba, na porção Leste do Estado, envolvendo outros dois estados, Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal. Encontra-se em fase de projeto para mobilização visando à criação do Comitê da Bacia do Rio Taquari, também de âmbito nacional.

No caso da Bacia do Apa, rio transfronteiriço, encontra-se em fase de planejamento para a implementação de um Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e para a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa. O acordo tem como um dos propósitos: melhorar as condições de vida das populações fronteiriças, bem como promover o aproveitamento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes de acordo com critérios equitativos.

No momento discute-se também a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, importante instrumento do Sistema de Recursos Hídricos. Para as discussões e legitimação do Plano Estadual, foi criado um Grupo de Trabalho para o acompanhamento, em que representantes de diversos segmentos (40 pessoas) estão envolvidas.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A participação social está diretamente ligada a Educação Ambiental (EA), que traz em seu bojo a Carta Brasileira para a EA, Carta da Terra, Agenda 21, Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, entre outras convenções e documentos aprovados durante a RIO-92 ou ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, fortalecida pela Política

Nacional de Educação Ambiental (PNEA) aprovada em 1999 (Lei 9795/99).

Dentre as metodologias utilizadas hoje nas pesquisas em Educação Ambiental, para a mobilização e formação de comunidades críticas destaca-se a Pesquisa-Ação Participante, em que aprendemos fazendo, refletindo, teorizando e pesquisando. A realidade social, cultural, econômica, política e ambiental perfaz a reflexão sobre espaços de participação nas comunidades.

A pesquisa-ação-participativa articula, radicalmente, a produção de conhecimentos, a ação educativa e a participação dos envolvidos, isto é produz conhecimentos sobre a realidade a ser estudada e, ao mesmo tempo, realiza um processo educativo, participativo, para o enfrentamento da mesma realidade (TOZONI-REIS, 2005: 271).

O conhecimento e a compreensão dessa realidade permeiam o envolvimento de indivíduos nas comunidades. A construção ou a produção de conhecimento do objeto implica no exercício da capacidade crítica de comparar, de perguntar, estimulando a pergunta, a reflexão a crítica sobre a própria pergunta, Freire (1996).

A tríade, participação, gênero e recursos hídricos base desta investigação e reflexão junto as comunidades, foram propostas no sentido de delinear diretrizes para o enfrentamento da realidade:

A pesquisa ação participante aplicada à educação ambiental possibilita a compreensão participativa de temas socioambientais significativos a determinada comunidade, com destaque para o papel pedagógico do próprio trabalho investigativo. (...) Nesse trabalho investigativo, o grupo identifica, compreende, cria e propõe caminhos para o enfrentamento da realidade. Assim, a comunidade se apropria da situação e se torna capaz de gerar meios para começar a transformá-la (BRASIL, 2008).

A pedagogia freiriana como referencial é cada vez mais freqüente seu uso em propostas de Educação Ambiental, e tendo sido adotado pelo Órgão Gestor da Política de Educação Ambiental. Paulo Freire não contextualizou ou tratou diretamente de Educação Ambiental, porém, o seu legado nos permite apropriar e utilizar de suas idéias aplicando-as junto às comunidades.

Em convergência com a Política Nacional de Educação Ambiental, no processo de formação de educadores populares, utiliza a metodologia Pessoas que Aprendem Participando (PAP), em que cada sujeito torna-se um agente de transformação em sua comunidade, com a educação e formação popular.

Na prática problematizadora, defendida por Paulo Freire na obra Pedagogia do Oprimido (2005), vão os educandos desenvolvendo o seu potencial de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade em transformação, em processo.

Na Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa de Freire (1996), defende que o empenho e interesse de pessoas têm favorecido o surgimento de espaços

educadores que ampliação as discussões para atender as diversidades, aprender e ensinar – educa educando, compartilhamento percepções, conhecimento assunção e valorização.

A compreensão dos problemas a partir do saber fundamental – mudar é difícil mais é possível, mostra que o planejamento e ação político-pedagógico, o êxito é possível, o desafio é necessário a mudança da sociedade (FREIRE, 1996).

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NA BAP

A participação social esta pautada em processos contínuos para a democratização de informações e deliberações na constituição da cidadania. A participação está além dos interesses de cada indivíduo, legitima-se pelo interesse coletivo. Essa legitimidade requer a efetiva participação de mulheres e homens, independente da cor, raça, credo ou opção política.

O conceito de participação está associado à democracia deliberativa e à existência de uma esfera pública. A participação deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos, de forma a promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; (JACOBI, 2005: 231).

Dada a importância de cada indivíduo nos espaços de discussões e decisões, seja social, cultural, político, econômico ou ambiental, cria laços determinantes, dentre eles, para a gestão dos recursos hídricos. No documento que rege a Política Nacional de Educação Ambiental, frisa, é preciso ainda garantir o efetivo controle e a participação social na formulação e execução de políticas públicas, de forma que a dimensão ambiental seja sempre considerada, Pronea (2005).

Ainda nas diretrizes:

Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a interação e a integração equilibradas das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental – ecológica, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do país, buscando o envolvimento e a participação social na proteção, recuperação e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida. (PRONEA, 2005: 33)

A democracia e a participação permeiam as estratégias e ações, elencadas dentre as diretrizes e objetivos do PRONEA garantem, sob perspectiva da universalização dos direitos e da inclusão social:

A participação e o controle social destinam-se ao empoderamento dos grupos sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seu uso. Neste sentido, é necessário que a educação ambiental busque superar assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, já que a desigualdade e a injustiça social ainda são características da sociedade. Assim, a prática da educação ambiental deve ir além da disponibilização de informações. (PRONEA, 2005: 33 e 34)

Nesse contexto, a participação social e a igualdade entre sexos, já previsto na Constituição de 1934, que consagra o princípio de igualdade entre os sexos, e no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Essa igualdade entre sexos, passa pela discussão gênero, que é uma construção social, difere de uma sociedade para outra e pode ser alterado de acordo com a época, refere-se a um sistema de papéis e relações entre mulheres e homens, determinado pelo contexto social, cultural, político e econômico.

As relações de gênero são determinantes sociais e não biológicas, como as que distinguem machos e fêmeas da espécie humana. Embora com fundamento biológico, o gênero é uma categoria relacional que aponta papéis e relações socialmente construídas entre homens e mulheres, por processos de aprendizado a partir de padrões sociais estabelecidos, tornados obrigatórios por normas e que são modificados no tempo, como decorrência das mudanças na estrutura normativa e de poder dos sistemas sociais (GWA, 2003).

Muitas das vezes, baseado na idéia de sexo fraco (mulheres) e sexo forte (homens), as mulheres são excluídas das principais decisões que dizem respeito à sua própria vida e a vida de sua comunidade. Vários estudos comprovam que a presença de mulheres em ações principalmente a de conservação de recursos naturais é imprescindível, dado a sensibilidade das mulheres.

Para que haja efetividade na incorporação da perspectiva de gênero, a educação tanto formal como a capacitação social, por quaisquer meios, devem contribuir para que políticas públicas afirmativas não fiquem sendo meros instrumentos de retórica, mas tornem-se efetivas dentre elas a de recursos hídricos.

A gestão sustentável dos recursos hídricos e a igualdade do gênero apóiam-se mutuamente e são interdependentes, estão dentre os princípios da Aliança do Gênero e da Água (GWA – Gender And Water Alliance), criada em junho de 2000.

Das recomendações da Conferência Internacional de Água Doce em Bonn (2001), na declaração ministerial decorre a participação e inserção de gênero na discussão de recursos hídricos:

A gestão de recursos hídricos deve basear-se em uma abordagem participativa. Ambos, homens e mulheres, devem ser envolvidos e ter o mesmo direito de expressão de gerenciamento do uso sustentável dos recursos hídricos e na distribuição de seus benefícios. O papel das mulheres nas áreas relacionadas à água precisa ser reforçado e sua participação ampliada. (GWA, 2003: v)

No gerenciamento dos recursos hídricos tem diferentes impactos para homens e mulheres, dado à cultura de participação e processo de decisão dos homens, sendo necessário o envolvimento das mulheres.

A crise da água em nível micro varia para ricos e pobres, para homens e mulheres, para velhos e jovens. Isso não é surpresa, é a realidade em muitos aspectos da vida. O que importa é que “as soluções” para a crise de água não deveriam favorecer a um grupo em detrimento de outro. (GWA, 2003: 79)

Para isso faz-se necessário que informações cheguem a essas comunidades, dentre os caminhos, através de políticas públicas. A cultura de participação deve ser arraigada nas comunidades, com a absorção de novos hábitos, transformadores.

Esses novos hábitos passam pelo reconhecimento da importância de participação de cada indivíduo nos espaços de discussões e decisões, seja social, cultural, político, econômico ou ambiental, cria laços determinantes, dentre eles, para a gestão dos recursos hídricos.

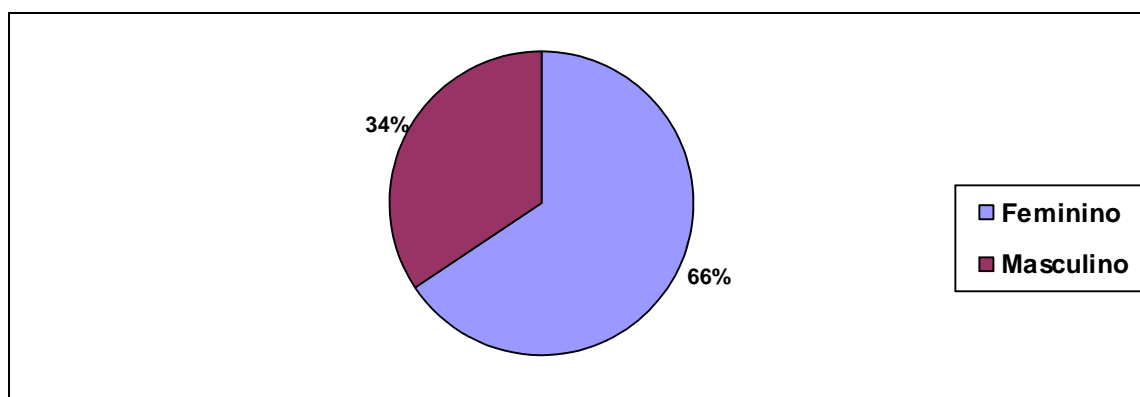
A proposta da pesquisa busca identificar estratégias para a repositição e fortalecimento da participação social, ampliando o acesso de mulheres às informações e a participação ativa destas, principalmente através da formação de multiplicadores, podendo-se assim atingir um maior número de pessoas atuando conscientemente nas suas comunidades.

RESULTADOS PARCIAIS

Para a obtenção dos resultados parciais foram compiladas as informações de 142 questionários. Os participantes representam 22 municípios da Bacia do Alto Paraguai, os questionários foram aplicados nos meses de julho a agosto de 2008, durante discussões sobre gerenciamento de recursos hídricos e atividades de Educação Ambiental.

Das pessoas que devolveram o questionário, 92 mulheres e 49 homens, representando 66% e 34% respectivamente (gráfico 1).

Gráfico 1: Sexo

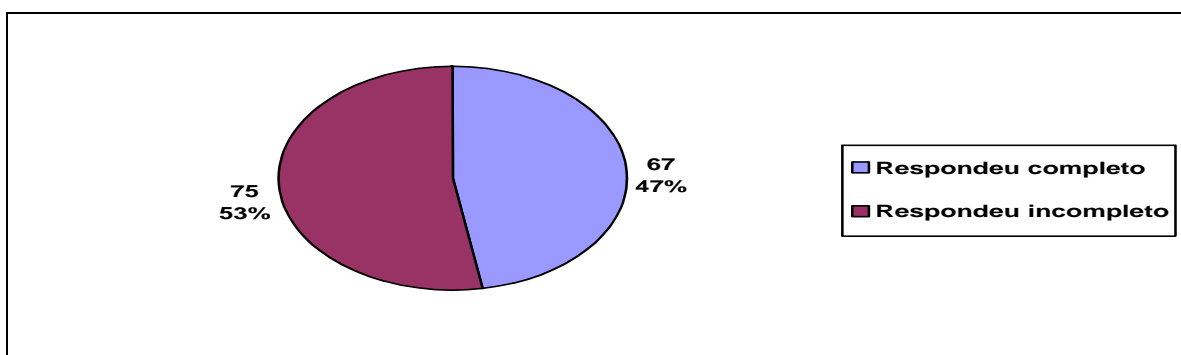


Fonte: GARCIA, 2008

A proposta da presente pesquisa está embasada na caracterização da participação em espaços de discussões e decisões socioambiental para o gerenciamento de hídricos. Como um objeto de pesquisa é a participação, a análise inicia-se pela disposição em responder o questionário (pesquisa).

Dos participantes que se propuseram a participar da pesquisa, 53% ou seja, 75 pessoas (gráfico 2) devolveram o questionário incompleto. Sendo assim, no sentido de caracterizar a participação e questão de gênero utilizará as respostas dos 67 que devolveram o questionário completo. Em alguns momentos, ao longo da análise será utilizada a totalidade (142 questionários) para eventuais comparações.

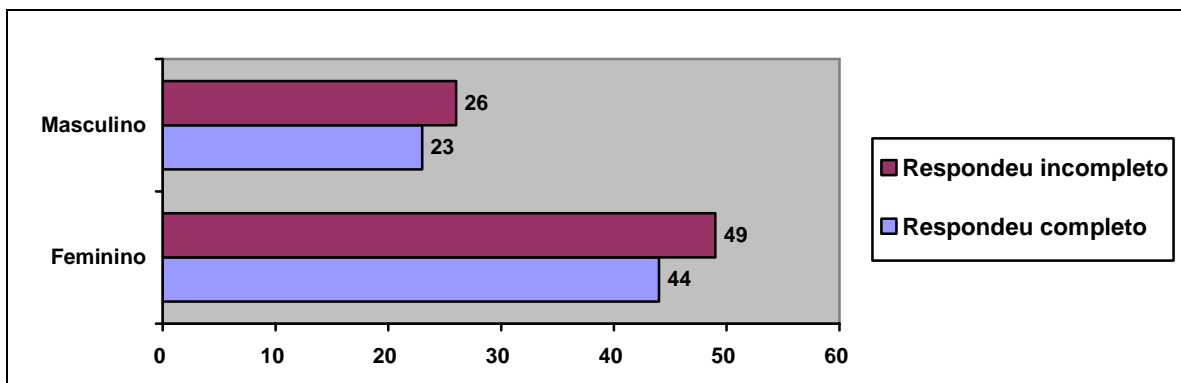
Gráfico 2: Devolveu os questionários completo ou incompleto



Fonte: GARCIA, 2008

Desta forma, de posse dos questionários, num primeiro filtro foram separados os completos, dos incompletos. Foram identificados que dos homens que devolveram os questionários, 23 respondeu completo e 26 respondeu incompleto. Das mulheres 44 respondeu completo e 49 respondeu incompleto (gráfico 3).

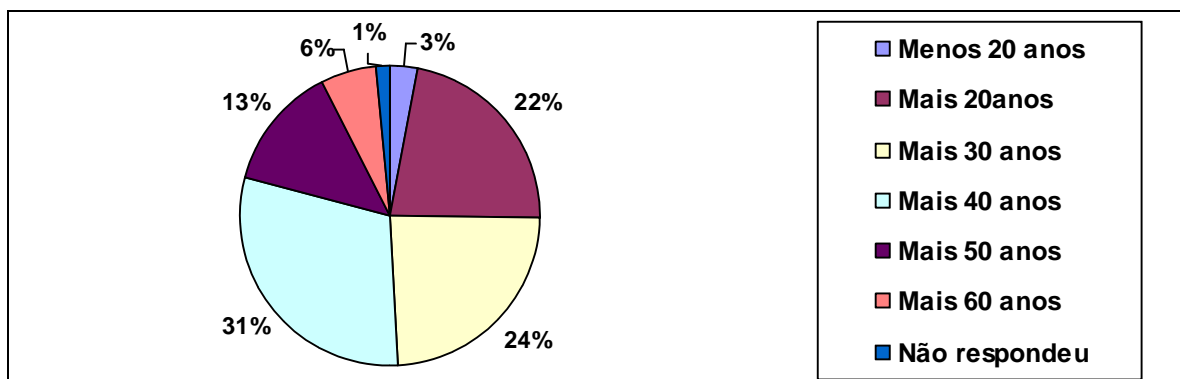
Gráfico 3: Distribuição por sexo dos que respondeu os questionários completo ou incompleto.



Fonte: GARCIA, 2008

A partir dos questionários das 44 mulheres e dos 23 homens que responderam completo, foi analisada a faixa etária, no gráfico 4 demonstra que 76%, ou seja, 51 participantes encontram-se na faixa etária de 20 a 50 anos.

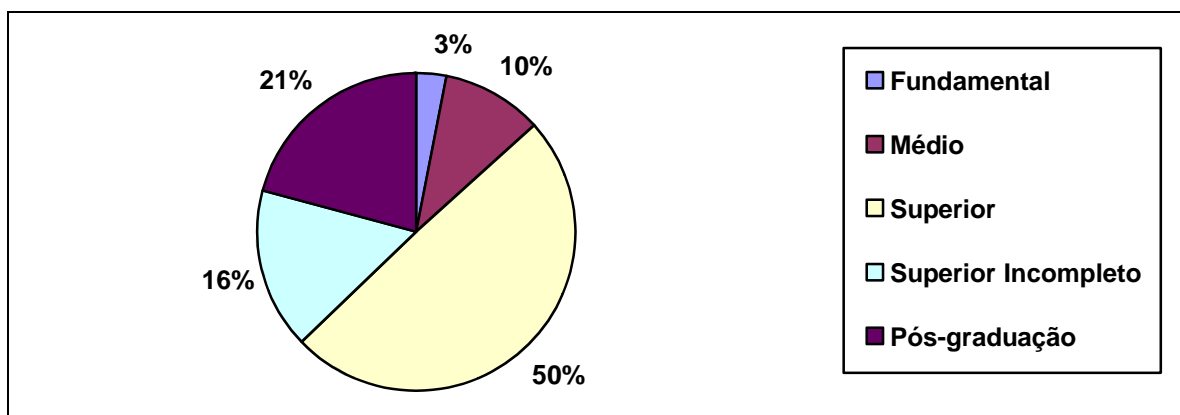
Gráfico 4: Faixa etária dos participantes



Fonte: GARCIA, 2008

Outro item analisado, o grau de escolaridade (gráfico 5), em que dos 87% participantes, ou seja, 58 entrevistados possuem formação superior (33), superior incompleto ou cursando (11) e pós-graduação (14).

Gráfico 5: Escolaridade dos participantes

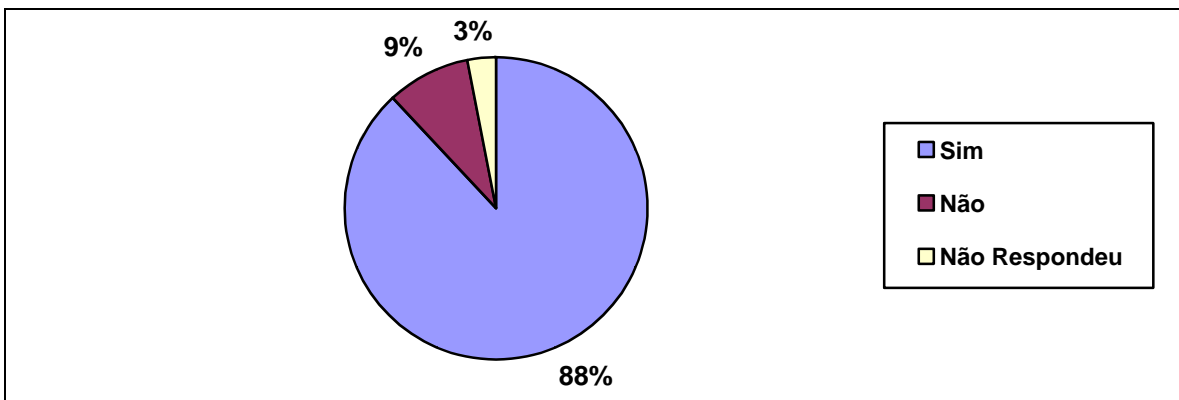


Fonte: GARCIA, 2008

Porém se analisar o total dos questionários (142), incluindo os que responderam incompleto, fica na faixa de 81% os que têm escolaridade superior incompleto ou cursando, superior e pós-graduação.

Perguntado se considera participativo (gráfico 6), dos 67 questionários analisados, 59 responderam “sim”, 6 responderam “não” e 2 “não responderam”.

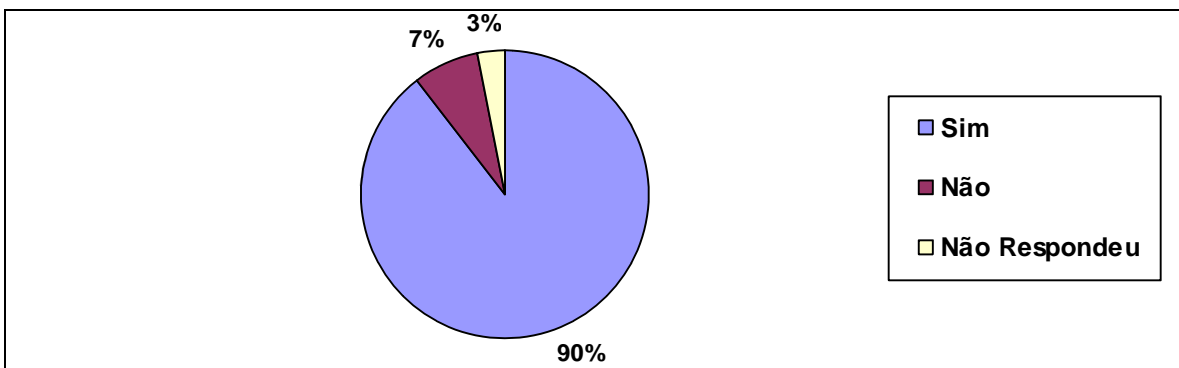
Gráfico 6: Considera-se participativo?



Fonte: GARCIA, 2008

Se se comparar os que afirmaram participativos com os que afirmaram que participam de algum grupo (gráfico 7), as respostas mostram-se coerentes: 60 responderam “sim”, 5 responderam “não” e 2 “não responderam” .

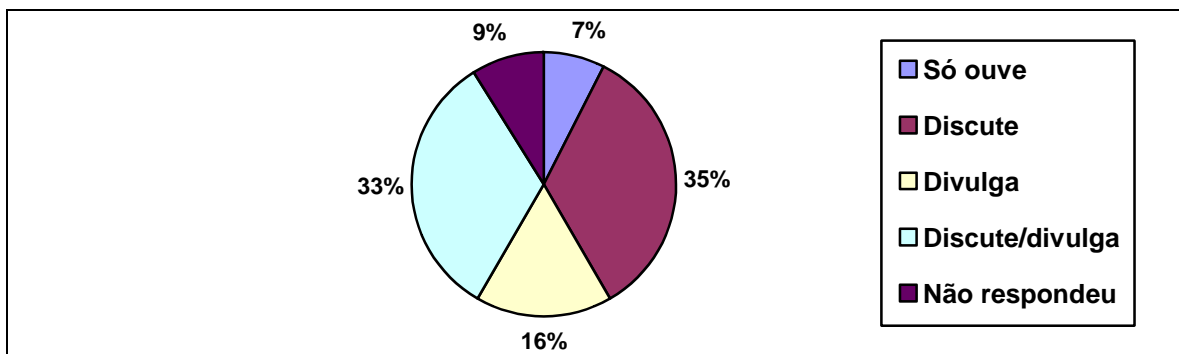
Gráfico 7: Participa de algum grupo?



Fonte: GARCIA, 2008

A pergunta proposta “como é a sua participação?” (gráfico 8) induziu a três opções: “só ouve”, “discute” e “divulga”. Na análise das respostas foi verificado que participantes marcaram duas opções “discute” e “divulga”. Analisando as respostas, verificou-se que 23 participantes responderam espontaneamente que “discute e divulga”.

Gráfico 8: Como é a sua participação?



Fonte: GARCIA, 2008

Dos participantes que deixaram o questionário incompleto também segue a mesma tendência, acima de 80% responderam espontaneamente que “discute e divulga”.

Perguntados aos que responderam completo se “tem envolvimento com as questões socioambientais” 18, responderam “sim”, isto significa 82% dos participantes.

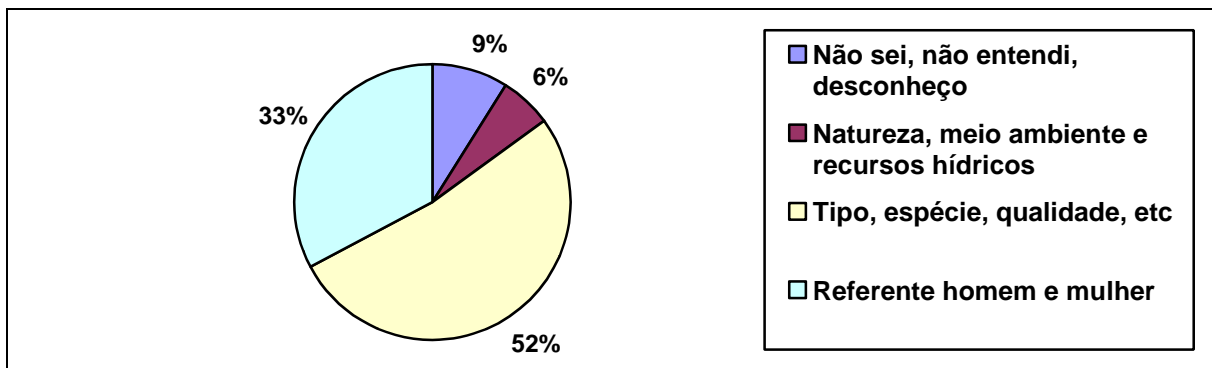
Foi proposta uma pergunta aberta, “o que é participação para você?”, dos 142 questionários, somente cinco participantes não responderam a pergunta, cerca de 4%. Das 137 respostas trazem no contexto geral verbos de afirmação e ação: contribuir, envolver, discutir, desenvolver, buscar, dentre outros.

A análise a seguir trata-se somente do grupo de 22 participantes que responderam os questionários completo e fazendo correlação às questões de gênero (gráfico 9), que é um dos vieses presente na pesquisa.

- processo pelo qual pessoas se reúnem com interesses comuns onde cada um colabora de alguma forma dentro de suas possibilidades;
- é envolvimento, compromisso, acreditar...;
- é planejar, executar e avaliar atividades ou ações com objetivo de melhorar o mundo;
- aprender e colocar em prática conhecimentos adquiridos em benefício dos outros;
- é estar presente e atuante em atividades propostas;
- envolvimento, atuação, comprometimento...;
- é você procurar ajudar de uma forma ou de outra, a gente está aprendendo cada vez mais;
- processo onde as pessoas se encontram para acrescentar conhecimentos em assuntos em comum dentro das possibilidades;
- discussão sobre determinado assunto;
- interagir, discutir, elaborar estar sempre presente;

- *interagir e agir em comunidade;*
- *é estar inserida em alguma atividade, em conjunto, com idéias que venham ao encontro das necessidades que buscamos;*
- *estar a parte de trocar ações em coletividade, contribuir, ser parte de um todo, porém ser uma “parte” ativa;*
- *é responder, perguntar, comentar, fazer o que pede, etc.;*
- *é estar sempre consciente de tudo o que esta passando;*
- *é participar de projetos, tais como: Com-Vida, recursos hídricos, reposição de mata ciliar;*
- *trabalhar em grupo em comunidade;*
- *contribuir;*
- *é estar envolvida de alguma forma;*
- *é elaborar e lutar por um objetivo comum;*
- *estar conectada com o mundo;*
- *em todos os sentidos de participação, como na comunidade do bairro;*

Gráfico 9: O que é gênero para você?



Fonte: GARCIA, 2008

Do total dos 67 questionários, 4 pessoas responderam que gênero se trata de natureza, meio ambiente e recursos hídricos; 6 pessoas responderam: não sei, não entendi, desconheço; 35 pessoas responderam que gênero se trata de tipo, espécie, assunto, classificação e qualidade; 22 pessoas responderam que se trata de homem e mulher.

Se se comparar com os 142 questionários, os 22 significam 15% que responderam com referência a homem, mulher e sexo. De alguma forma, essas 22 pessoas, anotaram inferências à discussão sobre gênero, proposto no projeto.

- *relação de homem e mulher na sociedade, em cessão os dois;*
- *homem e mulher;*
- *discriminação da mulher;*
- *participação da mulher na casa e na comunidade para levar maridos e filhos a reflexão e a maior participação;*
- *sobre saúde da família;*
- *nós estudamos a questão do viver da mulher;*
- *Lei Maria da Penha;*
- *é a participação entre homem e mulher em pró ao mesmo objetivo;*
- *o sexo;*
- *envolvem muito mais do que homens x mulheres, têm a ver com as diferenças, porém, com o princípio da isonomia. O que cada gênero tem para contribuir para o desenvolvimento comunitário;*
- *onde homens e mulheres se envolvam no mesmo objetivo;*
- *é a relação do homem e mulher na sociedade como trabalho;*
- *relação de homens e mulheres na sociedade;*
- *é a participação de homens e mulheres na sociedade;*
- *variação de sexo genético e fenotípico em populações humanas;*
- *sobre a mulher, social, saúde;*
- *masculino ou feminino;*
- *gênero inicia na vida intra-uterina: é menino, menina? A partir desse conhecimento inicia-se uma série de atribuições, ao que deve e não deve fazer. Paradigmas a serem vencidos e conceitos melhorados com igualdade;*
- *um assunto relacionado a um tema central, ou masculino e feminino;*
- *em todas as atividades que participo se refere a sexo, masculino e feminino, especialmente a não discriminação de GLTB;*
- *está ligado ao papel exercido, no caso homem e mulher;*
- *variações de sexo genético e fenotípico em populações humanas;*

DISCUSSÃO E REFLEXÃO

A nossa água de cada dia é um recurso natural limitado, indispensável para a manutenção dos ambientes naturais, dotado de valor econômico e de domínio público. E como recurso, a gestão deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, de forma descentralizada e deve contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Nos vários espaços de participação, associação de bairros, de pais e mestres, de classe, em grupos de jovens, trabalhadores, entidades religiosas, dentre outros, são fundamentais para a organização da comunidade e fazer-se representar nos espaços de discussão e deliberação para o gerenciamento de recursos hídricos.

Porém uma reflexão faz-se necessária, quanto a essa participação, a do “não envolvimento real” nas atividades, palestras ou cursos, passando pelo fator tempo e habilidades, sem o devido acompanhamento e monitoramento, – a descontinuidade. Os vários espaços constituídos, previstos legalmente, tais como comitês, conselhos, e outros fóruns de discussão e deliberação, ainda não garantem a participação efetiva e legítima de lideranças.

Percebem-se ainda, que essas participações são diferenciadas, nas atividades de base, principalmente na mobilização, as mulheres, enquanto os homens, nas preposições e espaços de decisão.

Nesse sentido, Paulo Freire trata da participação de homens e mulheres como agentes de transformação:

A experiência existencial de homens e mulheres com capacidade de intelegir e comunicar especificidades do objeto em relação com o mundo, apropriando criticamente a compreensão de algo que lhe é ensinado e/ou ensina, na busca permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura da fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (1996).

A Bacia do Alto Paraguai com os seus afluentes regulam o ecossistema da região, um delicado equilíbrio. Equilíbrio esse, necessário para a sua regulação, da mesma forma a participação igualitária de homens e mulheres no seu gerenciamento.

A partir da primeira análise dos questionários, com o objetivo de caracterizar a participação social no gerenciamento de recursos hídricos, pela disposição em responder as perguntas propostas, demonstram que dois terços dos participantes são constituídos por mulheres.

No geral os participantes se consideram participativos, com envolvimento com as questões socioambientais, afirmando que discute e divulga. Os verbos atribuídos para descrever a participação demonstram respostas de afirmação e de ação.

Quanto às discussões de gênero, um baixo índice de respostas condizentes, somente 15% citaram de alguma forma inferência sobre homem e mulher. Demonstrando assim a insipiência de informações sobre a temática, mesmo dentre os participantes com escolaridade superior, completa ou cursando, e ainda com especialização, o que poderia representar maior número de respostas coerentes ao tema pesquisado.

Essas informações preliminares, principalmente quanto ao gênero observam-se a necessidade de identificação e preposição de estratégias para a difusão de informações em espaços de discussão e deliberação para o gerenciamento de recursos hídricos.

REFERÊNCIAS

ANA/GEF/PNUMA/OEA. *Implantação de prática de gerenciamento integrado de bacia hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai*: programa de ações estratégicas para o gerenciamento integrado do pantanal e bacia do alto paraguai. Relatório Final/Agência Nacional de Água - ANA...[et al.]. – Brasília: TDA. Desenho & Arte Ltda., 2004 316p:il.

BRASIL. 2006a. *Caderno da Região Hidrográfica do Paraguai* / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006. 140 p. : il. color. ; 27cm

BRASIL. *Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Cadernos SECAD 1. 2007. 109p

BRASIL. *Programa nacional de educação ambiental - ProNEA*. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p.: il. 21 cm

BRASIL. *Programa nacional de formação de educadores(as) ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade/ Documentos - Técnicos – 8*. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação Série.1.ed – Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2006. 53p

BROCH, S. A. O., MEDEIROS, Y., SOUZA, P. R. (organizadores) *Pé na Água uma abordagem transfronteiriça da bacia do Apa*. - Campo Grande: UFMS, 2008. 128 p.: il. color.; 21 cm. CD Apoio Didático

CIDEMA. *Subprojeto desenvolvimento e fortalecimento de instituições para a gestão ambiental integrada nas bacias dos rios miranda e apa*. Relatório final. CIDEMA/ANA/GEF/PNUMA/OEA. 2003. Disponível em: http://www.ana.gov.br/gefap/arquivos/RE_75.pdf acessado em 05/09/2008

FREIRE. Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura) 30ª edição pág 148.

FREIRE. Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. 43ª edição

GARCIA, Á. S. Papel de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos. In.: SELEME, E.P.;

ARNDT, E.; SOUZA, P.R.; MEDEIROS, Y.; SANTOS, M. *Pé na Água: Uma abordagem transfronteiriça da Bacia do Apa*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. CD-ROM.

GWA. (2003). *Relatório sobre desenvolvimento de gênero e água de 2003: perspectivas de gênero em políticas no setor de recursos hídricos*. Aliança do Gênero e da Água. Rio de Janeiro.

JACOBI, Pedro. Participação. in: *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos Renováveis. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. pág. 232-244

TOZONI-REIS, Marília F. C. (org). *Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu: Fundibio, 2007. 166p., 14x21cm.

TOZONI-REIS, Marília F. C. “Pesquisa-ação: compartilhando saberes, pesquisa e ação educativa ambiental”. In: FERRARO JR. (org) *Encontros e Caminhos: Formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.